

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SOBRE DESENVOLVIMENTOS E IDEOLOGIAS

Ian José Horta Gois da Silva¹

Jaime Ernesto Winter Hughes León²

Resumo:

Nosso objeto é o processo de desindustrialização no Brasil que ocorre, segundo propomos, desde fim dos anos 1980 até os dias de hoje. A contribuição é fornecer uma linha de interpretação, fora da visão corrente, deste processo histórico, buscando sua origem no processo de industrialização que se deu no Brasil, um país que compõe o capitalismo dependente e periférico latino-americano. A industrialização truncada, a chegada do neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a evidência que ganham as Cadeias Globais de Valor na atualidade são peças-chave desta explicação. Procura-se entender as influências da ideologia do desenvolvimento e, trata-se de analisar objetivamente o estado da indústria de transformação brasileira neste primeiro quartel de século. Conclui-se que, a industrialização não possibilitou a plena autonomia das forças produtivas e era passível de reversão. Utiliza-se a perspectiva da formação nacional e a abordagem das controvérsias do Laboratório de Estudos Marxistas da UFRJ.

Palavras-chave: desindustrialização; industrialização; capitalismo dependente; ideologia; desenvolvimento

1. Introdução

Este trabalho busca investigar em perspectiva histórica o processo de desindustrialização iniciado no Brasil a partir do início dos anos 1990 e que continua até hoje, tendo em vista sua condição de país periférico. Nossa hipótese principal é que a raiz histórica do movimento de desindustrialização no Brasil é sua industrialização³ dependente e periférica e, por isso, insuficiente para atingir um sistema industrial que atenda às necessidades de autonomia econômica, social e cultural para o país. Destacaremos a relevância histórica da exaustão de um ideário desenvolvimentista específico que, combinado à introdução do neoliberalismo no Brasil a partir de fins dos anos 1980, teria levado ao processo de desindustrialização.

O período investigado será da década de 1980 até os dias de hoje, para o estudo do processo de desindustrialização, sendo senão necessário também pesquisar o processo de industrialização do país, com recorte entre 1950 e 1980. O método de pesquisa combinará uma investigação totalizante a partir de uma revisão crítica da histórica econômica e da crítica da economia política do período investigado a partir de uma perspectiva dialética-materialista, centrada na montagem de algumas controvérsias possíveis entre autores que pesquisam este tema e outros relevantes para este trabalho.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF).

² Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Tratamos aqui da indústria da transformação.

Será adotada a abordagem das controvérsias, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que analisa a

[...] história do pensamento econômico por meio da valorização da influência que o movimento histórico real e concreto estabelece sobre as ideias, evidenciando os debates que levam aos movimentos de ruptura teórica e a processualidade da transformação do pensamento, que pode manter vivas abordagens divergentes para as questões econômicas, sem gerar uma síntese única, ainda que gerando interpretações hegemônicas, estabelecendo a noção de ‘controvérsia’. (CURTY; MALTA, 2022, p. 42).

Sem pretender exaurir as diversas abordagens sobre a temática, decidiu-se utilizar, neste trabalho, para o entendimento a respeito dos processos de industrialização e desindustrialização, a perspectiva da formação nacional, a partir das contribuições de Furtado (1974) Sampaio Jr. (1999a, 1999b), Espósito (2016, 2019) e Hadler (2019).

Este trabalho está dividido em dois seções, além desta introdução e da conclusão. Na segunda seção, buscou-se realizar um aprofundamento nas teorias utilizadas para entender o processo de desindustrialização e, seguindo a hipótese deste trabalho, o processo de industrialização brasileiros; portanto, na primeira subseção, discute-se a perspectiva da formação nacional enquanto forma de investigar o presente brasileiro de maneira a se pensar em um projeto de futuro para o país, e, dentro disso, discutiu-se a categoria “desenvolvimento” e o que foi a ideologia do desenvolvimento e do desenvolvimentismo na metade do século XX; na segunda subseção, tentou-se resumir objetivamente a industrialização brasileira principalmente a partir dos anos 1950, com o Plano de Metas, buscando se atentar a fatores específicos que indicariam a fragilidade da industrialização brasileira. O terceiro capítulo trata sobre o processo de desindustrialização, cuja primeira subseção discute a própria categoria “desindustrialização” a partir de diferentes perspectivas, para então, na segunda subseção, tratar o processo a partir da perspectiva da formação nacional, demonstrando dados que corroborem com nosso argumento. As considerações finais resumem as principais conclusões do artigo.

2. A contextualização da problemática: sobre a teoria e a história

Para se ter uma reflexão mais completa sobre o processo de desindustrialização, em nossa visão, é necessário discutir algumas temáticas prévias. Afinal, a desindustrialização não surge do ar: ela pressupõe um processo de industrialização, que é específico de cada conjuntura nacional; processo este que costuma ser discutido a partir do viés do desenvolvimento; cujo aporte teórico se apoia em uma ideologia que o justifica e o norteia; e as discussões acerca da desindustrialização costumam trazer, em plano de fundo, a questão da ascensão das teorias e práticas políticas próprias do neoliberalismo como forma de explicar o processo. Portanto, para trabalhar esta temática, buscaremos detalhar a perspectiva da formação nacional, basilar das interpretações deste trabalho, além de revisar objetivamente os temas de desindustrialização, desenvolvimento e ideologia no Brasil, de forma a

clarificar a forma como a desindustrialização, suas causas e suas consequências serão discutidas neste trabalho. Tentaremos, desta forma, associar o processo de desindustrialização à industrialização precedente, não como uma ruptura, mas como uma continuidade, dado o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

2.1. A problemática do desenvolvimento: sobre a formação e a nação

A perspectiva da formação nacional busca entender o Brasil contemporâneo com base na forma em que se articularam (e ainda se articulam) as dinâmicas do processo de sua formação, tanto enquanto uma colônia cujo objetivo era servir de entreposto comercial – o sentido da colonização, nas palavras de Prado Junior (1981) –, tanto como um império escravocrata ou uma república segregada internamente, a partir do processo de desenvolvimento de um capitalismo que se integrava de maneira periférica e dependente no mercado mundial.

Seguindo um visão inspirada em Caio Prado Junior, Campos (2020) sustenta a ideia de que foi o objetivo mercantil que guiou a formação colonial brasileira a partir de um espaço comercial voltado para fora, isto é, a metrópole portuguesa, gerando e internalizando a segregação social e a dependência externa que até hoje o Brasil possui dentro de suas entranhas. Busca-se, assim, colocar luz nos legados e anacronismos econômico-sociais daí provenientes. A superação desse passado de forma a construir um futuro era o que guiava o pensamento crítico brasileiro, para, desta forma, refletir sobre a possibilidade de uma nação que atendessem aos plenos desígnios de um povo fragmentado (HADLER, 2022; SAMPAIO JR., 1999a). Afinal, “é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e a solução acertada dos problemas atuais” (PRADO JR, [1968] 2021).

Na perspectiva da formação nacional, “a nação não aparece como uma finalidade, definida teleologicamente, ou como uma utopia a ser construída – ela aparece como uma necessidade, inscrita no processo histórico e na dialética dos fatos concretos da realidade brasileira, como um *possível* vir a ser” (HADLER, 2019, p. 49; itálicos nossos). A formação do Estado nacional brasileiro e o desenvolvimento capitalista, conjuntamente à sociedade de classes – que é pressuposto do Estado e do capitalismo –, estariam intrinsecamente ligados à manutenção de fatores basilares da colônia brasileira, como “estruturas econômicas [...] e uma ordem social tipicamente coloniais, que reproduzem as bases de uma situação de dependência externa e de uma sociedade marcada pela segregação social” (HADLER, 2019, p. 51). Pode-se enxergar, ainda hoje, as estruturas fundiárias extremamente concentradas, uma enorme massa de trabalhadores rurais sem possibilidade de possuir

sua própria terra, além de uma divisão urbana explicitamente racializada, onde os negros ocupam majoritariamente as periferias e as margens das cidades, desde favelas ao subúrbio.

Segundo Hadler (2019), a construção do Brasil contemporâneo se deu a partir da contraposição entre, por um lado, a formação do Estado e da sociedade brasileiros, em conjunto ao seu mercado interno em desenvolvimento, e por outro, sua economia de tipo colonial e dos anacronismos herdados do passado brasileiro, além da inserção dependente no sistema capitalista mundial. Neste panorama, o desenvolvimento era entendido enquanto momento para a resolução dos problemas sociais brasileiros, como a fome e o racismo, herdadas da dependência e dos anacronismos sociais do passado. Aqueles que se propunham a interpretar o Brasil, como Caio Prado Jr, Celso Furtado e Florestan Fernandes, entre muitos outros, buscavam entender o presente a partir do passado, do legado da escravidão e do colonialismo, para assim pensar a nação que se buscava formar (HADLER, 2019).

A problemática do desenvolvimento, assim, torna-se alvo de inquéritos e reflexões por parte da intelectualidade brasileira, no século XX, como forma de se pensar a superação dos anacronismos e heranças escravistas e coloniais, das desigualdades sociais e de um sistema econômico frágil e dependente. Esta questão está no cerne da transição do “Brasil colônia” de ontem ao “Brasil Nação” de amanhã, como diria Caio Prado Junior ([1966] 1987). Aqui está em voga a perspectiva de autonomia de um país, e mais, da criação de uma nação que tenha controle de seu próprio destino. A industrialização poderia ser um dos meios de atingir desenvolver o país; a partir da perspectiva da formação nacional, este processo se dá pela

constituição de um sistema industrial integrado e que tem no mercado interno o eixo dinâmico da economia. Refere-se a um processo que apresenta um comando nacional que permita atrelar o desenvolvimento industrial aos desígnios nacionais, possibilitando ter uma autonomia relativa frente ao sistema internacional e suprir as necessidades básicas de sua população. São faces interdependentes, que se não forem trilhadas em conjunto, enveredam a industrialização para a saturação, tornando-a suscetível a processos de reversão (ESPÓSITO, 2019, p. 153).

Sampaio Jr. se utiliza do arcabouço teórico de Florestan Fernandes para avançar sobre a problemática do desenvolvimento. Segundo o autor, Fernandes (1975) busca explicitar o que conecta “o regime de classes ao desenvolvimento capitalista”, e como “tais nexos condicionam o sentido do desenvolvimento capitalista” (SAMPAIO JR., 1999b, p. 70). Citando Florestan Fernandes,

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilização variável, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações históricos-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história. (FERNANDES, 1975, apud SAMPAIO JR., 1999b, p. 70).

É a partir destas discussões que se mostra fundamental entender o que é desenvolvimento. Esta palavra tão comum nas discussões econômicas pode guardar significados amplos a depender de quem a utiliza e do contexto em que se insere. Afinal, como Caio Prado Jr. ([1968] 2021) reitera, o desenvolvimento (e o crescimento) econômicos são historicamente definidos. Seu significado e suas discussões, portanto, também devem ser historicamente definidos, a fim de melhor apreender as reflexões aqui propostas. É isso que o próximo item se propõe a discutir.

2.1.1. **Desenvolvimento(s): sobre significados e controvérsias**

Desenvolvimento é um termo amplamente usado não apenas nas ciências econômicas, mas também é utilizado – e normalmente com significados mais próximos da realidade – pela economia política (e seus críticos marxistas); e em todo o âmbito das ciências sociais, e com as mais variadas caracterizações: desenvolvimento econômico, social, cultural, científico, tecnológico, e por aí vai. Urge, portanto, a necessidade de defini-lo e caracterizá-lo, envolvendo os debates e as disputas sobre o termo, para melhor qualificar o debate e avançar mais a fundo na discussão que aqui está proposta.

Segundo Bielschowsky & Mussi (2013, p. 138), desenvolvimento econômico significa “crescimento com transformação estrutural, portadores de aumento de produtividade do trabalho”. Também segundo Cano (2012), o desenvolvimento surge do crescimento econômico de longo prazo, a partir de aumento da produtividade média de forma a intensificar a taxa de investimento, diversificando a estrutura produtiva, onde a industrialização e a urbanização podem “transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas do país (CANO, 2012,). Estes autores, de uma vertente próxima do estruturalismo cepalino, buscam categorizar o desenvolvimento a partir do crescimento econômico, de forma geral, mas atentando ao aumento da produtividade do trabalho, às modificações da estrutura produtiva e à qualidade do emprego, de forma particular. A industrialização seria um dos instrumentos, o central, pelo qual se realizaria este processo de desenvolvimento.

Por outro lado, segundo Sampaio Jr. (1999b, p. 64), autor de vertente marxista, “[o] grande desafio do desenvolvimento capitalista consiste em subordinar o processo de acumulação aos desígnios da sociedade”. Recuperando Celso Furtado, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., o autor retoma a ideia do subdesenvolvimento brasileiro, e de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento capitalista, busca entender, para parafrasear o subtítulo de sua obra, os dilemas que o capitalismo brasileiro – periférico e dependente – vive, dentro de seu processo de busca por uma ruptura de seu passado colonial.

Furtado (2000) propõe um conceito de desenvolvimento que não ignora o papel das inovações e da criatividade, transpondo o mero acúmulo de forças produtivas como explicação. Em uma crítica

às noções usuais de desenvolvimento econômico, Furtado diz que essas visões, ao pensar a partir do centro do capitalismo, não conseguem “captar as peculiaridades de um país de dimensões continentais com segmentos formados em épocas e condições históricas distintas” (FURTADO, 1992, p. 11-12). Desta forma, para realizar o debate a partir da questão dependência e da inserção brasileira no capitalismo global, Sampaio Jr. diz que

a posição subalterna na economia mundial e a falta de controle social sobre o processo de acumulação comprometem as propriedades construtivas do capitalismo como motor do desenvolvimento das forças produtivas e exacerbam suas características anti-sociais, antinacionais e antidemocráticas. (SAMPAIO JR, 1999b, p. 90).

Dessa forma, para o autor, o desenvolvimento capitalista no Brasil tem limites históricos e sociais importantes. A dependência externa e a segregação interna, entendida como dupla articulação por Florestan Fernandes ([1974] 2020), e o subdesenvolvimento, nas palavras de Sampaio Jr (1999b), estariam indissociados do desenvolvimento capitalista no país, desenvolvimento este ligado ao padrão imperialista de acumulação e dominação referente à característica que o capitalismo intensificara no século passado, isto é, o capital financeiro enquanto instrumento de dominação político-econômica.

Também a partir de uma visão marxista, Bonente (2014) explica a categoria desenvolvimento com base na reflexão de Lukács (1979). Segundo a autora, Lukács entendia que Marx utilizava a palavra “desenvolvimento” como “o aumento *objetivo* da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo” (BONENTE, 2014, p. 277; *itálicos da autora*). O desenvolvimento do objeto de estudo, assim, seria um crescimento da sociabilidade, tanto em sentido extensivo (quantidade de componentes sociais que mediam a vida em sociedade) quanto em sentido intensivo (maior complexidade destes componentes) (BONENTE, 2014). Segundo Medeiros (2013), “uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos” (MEDEIROS, 2013, p. 277). Nesta lógica, o desenvolvimento capitalista seria o desenvolvimento do próprio capital enquanto aspecto dominante da economia, no sentido extensivo (adentrando mais territórios do planeta) e/ou intensivo (subsumindo ao seu controle as artes, os esportes, por exemplo) (BONENTE, 2014).

No entanto, segundo a autora, o desenvolvimento, dentro da ciência econômica, convencionalmente significa uma transição do pior para o melhor, a partir de critérios genéricos e preestabelecidos, como PIB *per capita* (BONENTE, 2014). Ainda, a autora é categórica em afirmar que as teorias do desenvolvimento surgidas na década de 1950 são teorias do desenvolvimento *capitalista*, visto que seu horizonte é o capitalismo, e tomam o capitalismo como parte inalienável do futuro da humanidade. Contrapondo-se a isto, o objetivo de Bonente é construir uma crítica negativa

do desenvolvimento capitalista, ou seja, uma crítica que “não é desenvolvida com base no que é, mas no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente.” (POSTONE, 2014, p. 111). O estudo do desenvolvimento capitalista, na visão marxista, deve buscar, assim, entender os processos do sistema, suas leis gerais e as leis de movimentos específicas do próprio capital, e apreender seus fenômenos e manifestações (BONENTE, 2014).

A partir das teorias tradicionais do desenvolvimento, o subdesenvolvimento acometeria países, com baixa renda *per capita*. No período de ascensão das teorias do desenvolvimento, a forma com a qual se alcançava o tal desenvolvimento seria através de um processo de industrialização que, ao não chegar “naturalmente” para os países em questão, precisava ser debatido e pensado. Assim, “tratava-se de transformar o *progresso presumidamente automático* que caracteriza esta sociedade num *projeto presumidamente dirigido* – pelo Estado.” (BONENTE, 2014, p. 281).

Neste trabalho, pensaremos o desenvolvimento a partir da perspectiva marxista, conforme apresentada por Bonente, para explicar nosso entendimento dos processos de industrialização e desindustrialização brasileiros, aliada à noção de desenvolvimento enquanto momento fundamental da formação nacional. No entanto, para discutir a ideologia do desenvolvimento e seu papel no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, voltaremos à percepção do desenvolvimento enquanto “passagem do pior para o melhor”, e destacaremos a forma que esta ideologia adotou no Brasil, isto é, a ideologia do desenvolvimentismo.

2.1.2. A prática e a apologia: sobre ideologias e “ismos”

O papel que a ideologia do desenvolvimento teve no processo histórico brasileiro do século XX é fundamental para se buscar apreender a totalidade das problemáticas da industrialização e desindustrialização no país. A articulação entre ideologia e o movimento material é de extrema relevância para se entender os caminhos adotados no país, pensando também em suas origens e resultados históricos. A definição de ideologia não é precisa e é campo de disputa entre aqueles que se propõem a pensar sobre o papel das ideias no desenvolvimento do pensamento e nas práticas de uma sociedade. Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, dizem que

toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX; ENGELS, [1932] 2007, p. 48).

Segundo Prado (2020), a ideologia teria o efeito de realizar a manutenção e disseminar o pensamento das classes dominantes, pensamento este intrinsecamente ligado a relações de exploração de forma a justificá-la, naturalizando-a.

A ideologia do desenvolvimento “serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978, p. 76). É a partir dessa visão que passa a se justificar a associação ao capital transnacional no processo de industrialização, tornando-o peça fundamental neste período, tanto em termos de financiamento como de transmissão tecnológica, o que viria a concretizar uma industrialização dependente, como no caso do Brasil (FURTADO, 1978). De acordo com Prado (2020), a ideologia do desenvolvimento – capitalista, vale lembrar – toma este tanto como um processo histórico específico, quanto como um projeto político determinado e também como horizonte utópico. A origem da ideologia do desenvolvimento “[...] se situa no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra Fria [...] como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo” (PRADO, 2020, p. 83), e se instalaria no Brasil a partir da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) (PRADO, 2020). Nesse sentido, tomando como base as teorias do desenvolvimento, o entendimento do desenvolvimento como transição do pior ao melhor adentra os espaços nacionais, e, aliado à noção de industrialização como principal forma de se desenvolver, a ideologia do desenvolvimento toma corpo no país.

No Brasil, a ideologia do desenvolvimento, a nosso ver, assume a forma de ideologia do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo foi uma ampla matriz teórica que guiou a prática político-econômica brasileira a partir, principalmente, dos anos 1950 – mas desde 1930 já existia enquanto “uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar [...]” (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 250). Segundo Bielschowsky (2007), o desenvolvimentismo seria uma ideologia que visava transformar estruturalmente o Brasil, a partir da industrialização enquanto meio de superação do subdesenvolvimento, utilizando-se do planejamento estatal e da captação de recursos e capitais por meio do Estado.

Na perspectiva de Fonseca (2004), o desenvolvimentismo era não apenas um ideário, mas um guia de ação para os governos perseguirem, conscientemente, objetivos pré-determinados. O autor defende a tese de que para se falar em desenvolvimentismo, precisa haver políticas conscientes e deliberadas neste sentido (FONSECA, 2004). Fonseca (2004) ressalta que o desenvolvimentismo se complexifica na medida em que, na forma de ideologia, “passa a *justificar a si mesmo*, ou seja, quando há defesa explícita de que a *principal tarefa* do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, o limite, sua razão de ser” (FONSECA, 2004, p. 227; grifos do autor).

Com uma visão crítica, Sampaio Jr. (2019) diz que o “desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. [...]” (SAMPAIO JR., 2019, p. 94). O autor chama a atenção para o fato de que essa reflexão pretendia ligar o desenvolvimento das forças produtivas às necessidades da população brasileira; para tanto, acumulação de capital e integração nacional teriam papel fundamental na formação das bases para controlar o desenvolvimento capitalista brasileiro. Assim, o desenvolvimentismo teria sido uma “arma ideológica” do capital, de forma a idealizar um “capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional” (SAMPAIO JR., 2019, p. 94). Torna-se vital, portanto, pensar o que foi o desenvolvimento brasileiro do século XX, com olhar atento em seu processo de industrialização dependente.

2.2. O projeto brasileiro: sobre industrializações e dependências

A Crise de 1929 marca o início do processo de industrialização no Brasil, realizada com base na substituição de importações, mediante a restrição externa que aquele evento impôs ao país. A Industrialização por Substituição de Importações (ISI), como o próprio nome denuncia, é um processo onde há a substituição de importações por produção interna, no qual se espera ter como consequências o aumento da autonomia de um país, transição da estrutura produtiva e aceleração do crescimento econômico. É um “processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (TAVARES, [1964] 2000, p. 230). Nas palavras de Tavares ([1964] 2000),

“o processo de substituição de importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (TAVARES, [1964] 2000, p. 35).

Apesar das diferenças deste processo em cada país que o realizou, entende-se que o processo deve ser agregado, ou seja, não pode ser realizado em partes. Em outras palavras, não é – ou não deve ser – etapista. Supostamente, um “caminho a ser seguido” seria desenvolver primeiro bens de consumo não duráveis, depois bens de consumo duráveis, bens intermediários para então chegar a bens de capital. Conforme coloca TAVARES ([1964] 2000), o desenvolvimento se trata de um processo conjunto.

Na visão de Furtado, o processo de desenvolvimento – e industrialização – requeria um sistema econômico nacional integrado e ligado ao mercado interno (HADLER, 2009). Para Furtado,

a acumulação apenas contribui para a formação de um sistema econômico e industrial nacional quando a própria acumulação segue as capacidades materiais da economia; a relação entre composição técnica do capital e modo de organização do trabalho é adequada à geração relativa de escassez de força de trabalho; e quando a população e a nação têm autonomia sobre os meios e os fins de seu processo de desenvolvimento, mesmo inserida no sistema capitalista mundial (SAMPAIO JR, 1999b). Além disso, o excedente econômico não poderia ser apropriado apenas pelos capitalistas, de forma a concentrar a renda, o que bloquearia a formação do mercado interno (HADLER, 2009).

Contudo, a industrialização se concretizou, no Brasil, mediante a modernização dos padrões de consumo, ou seja, foi concentradora de renda e voltada para as elites político-econômicas (FURTADO, 1974), o que torna a industrialização frágil e passível de reversão. A modernização dos padrões de consumo seria a importação de padrões de consumo provenientes dos países centrais para atender as elites do país em questão, sem que haja acumulação de capital ou desenvolvimento tecnológico correspondente no país que se “moderniza”, processo recorrente no Brasil desde os anos 1930 e que acarretou um substancial processo de concentração de renda ao longo do século XX (FURTADO, 1974). Sendo assim, faz-se imperativo compreender as relações históricas envolvidas neste processo para elucidar o problema da desindustrialização.

As contradições da ISI tornaram, na visão furtadiana, sem planejamento e sem a necessária disseminação dos ganhos de produtividade às massas da população através da distribuição de renda, o que torna Furtado cada vez mais crítico deste processo e aos seus limites (HADLER, 2009). Para Espósito (2019), com o desenvolvimento do processo de ISI interiorizou-se o centro dinâmico da economia; no entanto, não houve de fato uma ruptura com os elos que perpetuariam o subdesenvolvimento na medida em que se copiava padrões de consumo sem a devida acumulação e tecnologia existentes de forma autônoma no país. Assim, a ISI tornava frágil os padrões de oferta e demanda do país, enfraquecendo, desta forma, a própria estrutura produtiva (ESPÓSITO, 2019). Neste período – e isso será verdadeiro também na continuidade do processo de industrialização – não houve uma perspectiva de financiamento autônomo deste processo (FRANCA; CAMPOS, 2022), se é que isso seria possível.

É no período de 1930 a 1945, segundo a periodização de Bielschowsky (2007) e que também será aqui utilizada, que o ciclo ideológico do desenvolvimentismo se origina. Algumas características já poderiam ser encontradas neste início de sua formulação, segundo o autor, como uma defesa do protecionismo, ataques ao liberalismo e associação entre indústria e “progresso”⁴

⁴ Vale notar o uso da palavra “progresso” e não “desenvolvimento”, neste momento. Na década de 1930, a ideologia que dominava os países periféricos era a ideologia do progresso, influenciada pelo positivismo – não à toa o lema da bandeira brasileira é “Ordem e Progresso”. A ideologia do desenvolvimento só viria a se instalar anos mais tarde.

(BIELSCHOWSKY, 2007, p. 249). A década de 1950 é um momento de afirmação na ideologia do desenvolvimentismo e na perspectiva da industrialização brasileira. É entre 1948 e 1952 que amadurece esta ideologia, após o período de 1944 a 1947, que teria sido o início de seu amadurecimento (BIELSCHOWSKY, 2007). É aqui, por exemplo, que a campanha nacionalista do petróleo surge e se fortalece, além de uma maior consciência no projeto industrializante do país com o novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) (BIELSCHOWSKY, 2007). É por este motivo que nossa análise sobre as peculiaridades da industrialização parte, basicamente, da década de 1950, por ter sido nesse momento histórico que a ideologia do desenvolvimentismo se afirma.

Se em período anterior, a Crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial tornaram os fluxos de capitais incertos e mais frágeis, o que obrigou um maior comprometimento nacional para com o financiamento do processo de industrialização, os anos 1950 se mostraram completamente diferentes. A nova fase na acumulação capitalista global agora depreendia a necessidade de expandir os fluxos de capitais após a recuperação econômica e industrial da Europa no pós-Guerra para fora de espaços nacionais mais convencionais, como os dos países “desenvolvidos”, para os países periféricos; analogamente, estes países precisaram intensificar sua dependência em relação ao capital internacional para continuar seus processos de industrialização (ESPÓSITO, 2019). Os Investimentos Diretos Externos (IDEs) e os fluxos de capitais financeiros passavam a se tornar abundantes. Era o desenvolvimento do processo de transnacionalização do capital (FURTADO, 1976).

Para o capital transnacional, era extremamente vantajoso se encaminhar para a periferia global. Afinal, com os processos de industrialização parciais que ocorreram, estava sendo formado um mercado mais amplo nestes países. No entanto, como também fala Espósito (2019), apesar de “o horizonte de valorização” ser transnacional, ainda aqui a base da estrutura de acumulação se dava na escala nacional (ESPÓSITO, 2019, p. 155). A transnacionalização do capital, que se intensifica no país com o acirramento das contradições da ISI, desnacionalizava a indústria brasileira em prol do capital financeiro e da dominação tecnológica internacional, corroborando para o estrangulamento externo (HADLER, 2009). O processo de modernização dos padrões de consumo, incompatível com a acumulação de capital da economia brasileira, ocorria em pleno vapor no período.

A industrialização substitutiva, periférica e dependente foi calcada na modernização dos padrões de consumo. Ela reafirma a dupla articulação (FERNANDES, 2020) – dependência externa e segregação social interna – na medida em que é um processo concentrador de renda ao transplantar técnicas e padrões de consumo mimetizados dos centros econômicos mundiais, o que estreita o mercado interno e orienta o processo de desenvolvimento para um ciclo vicioso (HADLER, 2009). Assim, contraditoriamente, a industrialização brasileira, para prosseguir no processo de

modernização, ancora-se no capital transnacional, o que leva à desnacionalização da indústria e intensifica a dependência – tudo isso incentivado pela burguesia brasileira (HADLER, 2009).

O papel do Estado para a concretização deste processo foi fundamental, visto que coordenou “grandes blocos de investimentos” de forma a ter relativo planejamento na industrialização; criou uma “infraestrutura necessária – em especial nas áreas de transporte e energia” e auxiliou na produção de bens intermediários e industrialização pesada (ESPÓSITO, 2019, p. 156); estabeleceu, ainda, privilégios para empresas transnacionais de forma a incentivar entrada de capital no país, como a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), conforme coloca Campos (2017).

O Plano de Metas (1957-1961), no governo de Kubitschek, não pode ser ignorado enquanto uma das mais importantes políticas que visavam o desenvolvimento no país – ao lado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no governo civil-militar. Eram planos setoriais que incentivavam metas em setores estratégicos, como energia, transporte e infraestrutura, além do setor produtor de meios de produção, de forma a continuar um processo de industrialização pesada⁵ (FRANCA; CAMPOS, 2022). Segundo Lessa (1983, p. 27), o Plano de Metas seria, até aquele momento, “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”. O lema do Plano de Metas (“50 anos em 5”) escancara a força que a ideologia do desenvolvimento adquirira no Brasil – a hipótese colocada aqui é a possibilidade da superação do atraso brasileiro e a necessidade de um processo de modernização no país. O desenvolvimentismo, aqui em seu período de maturidade (BIELSCHOWSKY, 2007), necessariamente influencia e guia os caminhos percorridos na economia brasileira.

Apesar de ter bem definidas suas perspectivas para um projeto de desenvolvimento – lembrando aqui da tríade do desenvolvimento enquanto processo histórico, projeto político e horizonte utópico –, o Plano de Metas não conteve em si uma elaboração de programas de financiamento (ESPÓSITO, 2016). A atração de capital externo para financiar o Plano foi vital para seu relativo sucesso, e o papel das IDEs foram fundamentais – principalmente na forma de mercadorias, em sinergia com a Instrução 113 da SUMOC, aumentando, portanto, o capital constante fixo das subsidiárias das empresas transnacionais que se instalaram no Brasil neste período (FRANCA; CAMPOS, 2022).

No entanto, os mecanismos de financiamento ancorados no setor externo deixaram marcas na economia brasileira que, além de difícil cura, viriam a ser o calcanhar de Aquiles do Brasil.

⁵ Siderurgia, metalurgia, bens intermediários, maquinários e petroquímica, entre outros setores.

De 1956 a 1961, a dívida externa brasileira saltou de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 3,2 bilhões, atingindo US\$ 3,6 bilhões em 1963 [...], sendo que os juros, os quais entre 1956 e 1961 foram de US\$ 85,3 milhões em média a.a., passaram para US\$ 129 milhões entre 1962 e 1966, ao passo que as amortizações, que eram de US\$ 312 milhões em média a.a. para o período JK [Juscelino Kubitschek], passaram para US\$ 321 milhões em médias a.a. entre 1962 e 1966 [...]. (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 137).

O outro plano setorial de extrema importância para a industrialização brasileira foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que objetivava “completar o sistema industrial”, além de “solucionar o problema do estrangulamento externo, que era visto como uma consequência do fato do setor exportador ainda ser dependente de produtos primários” (ESPÓSITO, 2016, p. 129). Bens intermediários e de capital seriam alvo deste plano. A forma de financiamento, contudo, inseria o país ainda mais no contexto da dependência: esta seria “por meio da conexão ainda mais intensa e dependente do sistema financeiro brasileiro, recém-formado, ao novo sistema financeiro internacional regido pelo euromercado, que daria origem à mundialização financeira” (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 140). Novos empréstimos eram tomados, e o discurso oficial era da necessidade desse endividamento (poupança externa) para o país se desenvolver (FRANCA; CAMPOS, 2022) – vê-se, aqui, a importância da ideologia do desenvolvimentismo, que justificava o aumento da dependência e vulnerabilidade externa de forma a, então, realizar, politicamente, um processo de desenvolvimento (histórico) para alcançar o desenvolvimento (enquanto horizonte utópico). Não é à toa que a dívida externa brasileira vai “de US\$ 3,2 bilhões em 1964, para US\$ 6,2 bilhões em 1970, chegando a US\$ 25,11 bilhões em 1975 [...] e em 1985 já superava os US\$ 105 bilhões” (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 141) – com grande parte dessa dívida no setor estatal.

A situação brasileira se agrava no final da década, quando o segundo choque do petróleo abala o globo. Em resposta, Paul Volcker, então presidente do FED, aumenta vertiginosamente as taxas de juros *prime* nos Estados Unidos da América (EUA), em 1979, evento conhecido como “choque de juros Volcker”. Esse processo rebaterá fortemente nas economias latino-americanas, visto que suas dívidas externas se baseavam em juros variáveis, ocasionando a chamada “crise da dívida externa”. Sua consequência foi a interrupção dos fluxos de capital para países como o Brasil, afetando negativamente o balanço de pagamentos dos países e gerando crises cambiais (ESPÓSITO, 2016) – o resultado disso foi intensificação do processo inflacionário nestes países. Ainda, segundo Espósito (2016), outro efeito da crise dos anos 1980 foi uma reformulação dos vínculos dos IDEs com os espaços nacionais, que tornava os centros econômicos de decisão cada vez mais solapados frente ao capital transnacional. Desenvolve-se, aqui, as bases daquilo que Furtado (1982) chama de “nova dependência”, a partir da articulação do monetarismo com a transição nos padrões globais de acumulação – o neoliberalismo ganhava forças para se tornar a ideologia hegemônica.

Espósito (2016) elenca algumas razões para a perspectiva esperada de desenvolvimento não ter sido alcançada. Primeiro, “ainda que o capital internacional fosse minoritário nas *joint-ventures*, seu poderio econômico e tecnológico se sobrepôs à estrutural fraqueza da empresa privada nacional” (ESPÓSITO, 2016, p. 130). Segundo, a dinâmica industrial era levada à cabo pelos setores de bens de consumo duráveis e de capital, controladas pelo capital transnacional, e terceiro, a própria dependência em relação ao financiamento externo (ESPÓSITO, 2016).

Se nossa argumentação está correta, ou seja, se a dependência externa aumentou no período a partir da constante necessidade de fluxos de IDEs para equilibrar o balanço de pagamentos, o que gerou um estoque cada vez maior de dívida a partir das necessidades de pagamentos de serviços e amortizações, estava colocada em questão a reversão neocolonial (SAMPAIO JR, 2020) que, se naquele momento se apresentava enquanto potência, já na virada da década de 1980 para 1990 aparecia enquanto efetividade. Não se completou, deste modo, aquele sistema econômico e industrial nacional, que de fato articulasse as indústrias do país, necessário para a conformação da nação.

A industrialização realizada no período foi frágil e dependente, o que foi evidenciado pela sua dependência financeira e tecnológica. Os centros nacionais de comando foram com o tempo solapados, principalmente a partir do segundo choque do petróleo e do choque de juros Volcker, que, com a moratória do México, decretariam o esgotamento do processo de industrialização brasileiro e do ciclo ideológico do desenvolvimentismo autoritário. O setor industrial, que vinha se construindo de maneira desequilibrada, passaria a ser desarticulado e desmontado no final da década de 1980 com a introdução do neoliberalismo. Vale mencionar, ainda, que apesar de, em teoria, a ISI necessitar ser simultânea em todos os setores industriais (TAVARES, 2000), em realidade os maiores planos de industrialização do país foram setoriais, onde o Plano de Metas, a partir de 1956, focou nos bens de consumo duráveis, e o II PND, a partir de 1974, teve como prioridades bens intermediários e de capital. Nesse sentido, a industrialização brasileira demonstrou-se etapista. E como viemos construindo, inconclusa.

Ainda, durante todo esse período a industrialização e a modernização foram calcadas na mimetização de padrões de consumo trazidos dos países centrais, sem apreciação crítica das necessidades da população – isso explica o desenvolvimento de uma indústria automobilística em um país em que o Nordeste ainda subsistia com secas constantes. A ideologia do desenvolvimento, que no Brasil assumiu a forma do desenvolvimentismo, justificou e possibilitou essa industrialização dependente e periférica, ancorada no capital externo e no endividamento, passível de reversão – que logo se concretizaria.

A década de 1980 traria uma guinada na ideologia dominante. Os padrões de acumulação do capitalismo mundial se transformariam a partir da crise de sua “era de ouro”. Eventos como a reestruturação produtiva e o fortalecimento das CGV são movimentos que se deram com a ascensão da ordem neoliberal. Para os países centrais, relega-se a função de provisão de serviços digitais e de alta intensidade tecnológica; para os países periféricos, como a América Latina, sobra a perspectiva de servirem de celeiro mundial – os movimentos de reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização são resultado dos efeitos do neoliberalismo frente a uma industrialização dependente. Entende-se, deste modo, que a janela de “superação do subdesenvolvimento” nunca esteve de fato colocada, visto que a própria industrialização brasileira era um movimento frente aos padrões globais de acumulação do período. Quando estes padrões mudam, a industrialização é revertida.

3. A desindustrialização no Brasil: sobre evidências e controvérsias

O processo de desindustrialização que está em curso no Brasil possui origens muito bem alinhadas com a trajetória histórica do estabelecimento do setor manufatureiro em terras brasileiras. Conforme exposto por Espósito (2019), é impossível dissociar o desmonte e a deterioração da industrialização brasileira do processo histórico de inserção tardia do Brasil no sistema industrial global, o qual, associado à modernização dos padrões de consumo (FURTADO, 1974), remeteu ao país um fardo crônico de dependência externa, fragilidade econômica e baixa autonomia do Estado para conduzir estratégias de recuperação. Montaremos, antes de analisar a desindustrialização, controvérsias sobre a temática de forma a melhor situar a visão deste trabalho.

3.1. Uma breve revisão do debate sobre desindustrialização

A problemática da desindustrialização tem sido bastante discutida na literatura econômica. Costuma-se entender que as décadas de 1980 e 1990 são o ponto de partida deste processo, a partir dos processos de ascensão do neoliberalismo, de reestruturação produtiva e de maior evidência das Cadeias Globais de Valor (CGV). Desindustrialização é um termo utilizado por diferentes abordagens teóricas para tentar explicar o processo de redução, absoluta ou proporcional – em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) –, do parque industrial de um país, ou a diminuição do emprego industrial na composição total (ROWTHORN & RAMASWAMY, 1999; CANO, 2012; BONELLI et al, 2013), principalmente da indústria da transformação. Entendemos que este processo existe no Brasil, e que se iniciou nos anos 1980, com a intensificação do neoliberalismo – introduzido no Brasil por José Sarney, na década de 1980 – no governo de Fernando Collor de Mello, eleito em 1990; foi

intensificado nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que duraram de 1995 a 2002, e nos governos posteriores, de Lula da Silva e Dilma Rousseff, que governaram de 2003 a 2015; e também no período pós-golpe jurídico-parlamentar, sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

A desindustrialização retira a capacidade de soberania nacional – entendendo-se, claro, os limites de tal soberania dentro do sistema capitalista. Para Sampaio Jr. (2020), estaríamos vivendo um processo de reversão neocolonial, onde a desindustrialização anda de mãos dadas com a reprimarização da pauta exportadora. A reversão neocolonial é, para o autor, um processo que ocorre na periferia do sistema capitalista mundial a partir do processo de globalização (SAMPAIO JR, 2020), onde as economias periféricas sujeitas a este processo têm seus centros internos de decisão desarticulados, e têm quebrada a “espinha dorsal de seus sistemas econômicos nacionais” (SAMPAIO JR, 2017, p. 18). A difusão desigual do progresso tecnológico, a dependência financeira e cultural seriam momentos da reversão neocolonial.

A noção de desindustrialização varia para cada corrente do pensamento econômico. No Brasil, de maneira geral, podemos dividir duas visões majoritárias: as visões ortodoxa e heterodoxa. Dentro de cada uma dessas visões gerais, não há um verdadeiro consenso sobre a temática e sobre seu recorte temporal (ESPÓSITO, 2017). Na ortodoxia, desindustrialização costuma ser entendida como perda de participação da produção industrial no PIB. A menção à doença holandesa é relativamente recorrente, conforme se pode ver em Bonelli et al (2013). Assim, autores ortodoxos tendem a entender e avaliar a desindustrialização a partir da visão das vantagens comparativas.

Lazzarini et al (2013) argumenta que o que importa não é o que o país produz, mas como produz em relação aos seus competidores. Seguindo a tradição ortodoxa, Bonelli et al (2013) menciona que haveria, nas décadas de 1970 e 1980, no país, uma “doença soviética”, ou seja, “uma indústria muito acima do padrão internacional quando se levam em conta grau de desenvolvimento, população, tecnologia, dotação de recursos naturais etc. [...]” (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 71). Entende-se, então, que a desindustrialização seria uma adequação da estrutura produtiva brasileira às suas condições econômicas, sociais, políticas e institucionais.

A tradição heterodoxa, por outro lado, costuma colocar uma ênfase maior na visão de uma desindustrialização prematura, tal qual Tregenna & Andreoni (2020). A desindustrialização prematura acometeria países periféricos, ou de “baixa-média renda”, onde seu processo de desindustrialização ocorreria antes de se haver alcançado um certo nível (empiricamente definido a partir dos países centrais) de PIB per capita (TREGENNA; ANDREONI, 2020, p. 28-29). Autores heterodoxos também trazem a noção de doença holandesa, isto é, fenômeno que ocorre quando a taxa

de câmbio efetiva de um país estaria “sobreapreciada” em relação à taxa de câmbio de “equilíbrio industrial.

Para os heterodoxos, utilizando-se de Kaldor, o setor manufatureiro é o “motor de crescimento” da economia, pois neste setor há retornos crescentes de escala, encadeamento da cadeia produtiva, este setor difunde progresso tecnológico e possui “maior elasticidade-renda das exportações” (OREIRO; MARCONI, 2014, p. 25). Como para os heterodoxos a desindustrialização na periferia se dá com índices de renda *per capita* inferiores aos observados nos países centrais e com baixos índices de crescimento econômico, conclui-se que, para estes autores, nenhum setor assumiu o posto de “motor” do crescimento (ESPÓSITO, 2017). Seria o caso da industrialização prematura ou precoce.

Esta vertente enxerga no neoliberalismo a origem da desindustrialização. Esta ideologia adentrou o Brasil de forma a soterrar a ideologia do desenvolvimentismo, cuja exaustão se mostraria a partir da crise da dívida externa. A partir do processo de hiperinflação pelo qual passava o país, a busca pela estabilização inflacionária mantinha dentro de si o prosseguimento do solapamento do Estado a partir da introdução do neoliberalismo, alinhando-se ao chamado Consenso de Washington. FHC, presidente que encerrou o período de hiperinflação no Brasil com o Plano Real, também foi um dos que mais intensificou este processo. Medidas de abertura comercial e financeira foram realizadas (ESPÓSITO, 2019), além do tripé macroeconômico inserido no segundo governo FHC – metas de inflação, metas fiscais e regime de câmbio flutuante -, somado à Lei de Responsabilidade Fiscal.

É nesse contexto de baixo crescimento e intensificação do neoliberalismo, com o processo de reestruturação produtiva e fortalecimento das chamadas cadeias globais de valor, somado à queda da produção industrial, que a desindustrialização se manifesta. Segundo Espósito (2019), o setor industrial entra em grave crise, mas “não se tratou apenas da interrupção da industrialização, mas do desencadeamento de um movimento de reversão. A realidade passou a ser a desindustrialização” (ESPÓSITO, 2019, p. 167). Mas se, de fato o neoliberalismo escancarou a desindustrialização, não vemos nele a causa deste processo de destruição do parque industrial brasileiro. Argumentamos aqui que a origem deste processo é a industrialização frágil e dependente brasileira.

Conforme já discutido, na perspectiva da formação nacional, adotada neste trabalho, a industrialização é entendida a partir de três eixos: na constituição de um sistema industrial integrado e que responda às necessidades da população e do Estado, na transição do eixo dinâmico da economia para o setor interno, e na construção e manutenção de um comando nacional deste processo; a não conjunção desses fatores torna a industrialização frágil, incompleta e, em um contexto de dependência, surge como possibilidade a desindustrialização (ESPÓSITO, 2019), levando à reversão

deste processo – à desindustrialização. É a partir dessa interpretação que discutiremos o processo de desindustrialização.

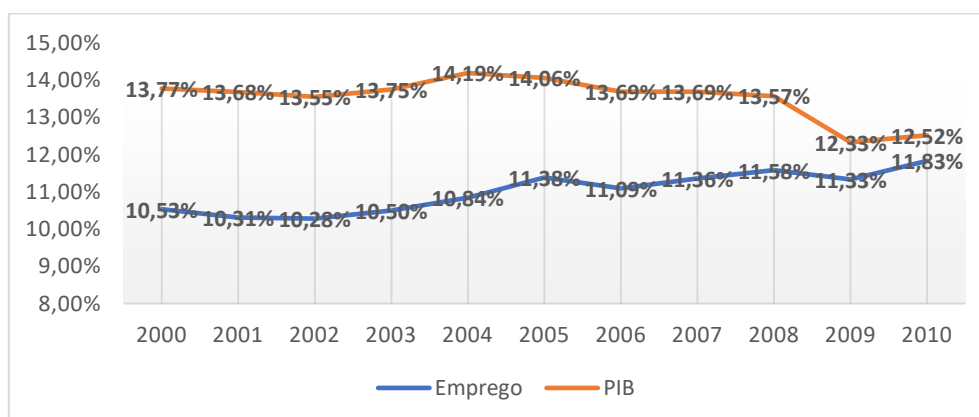
3.2. A desindustrialização no Brasil e suas consequências

A desindustrialização será analisada, aqui, a partir da perspectiva da formação nacional, como já foi mencionado. Nesta perspectiva, a desindustrialização é caracterizada pela transferência do eixo dinâmico da economia para o setor externo, pelo dismantelamento dos centros nacionais de comando do processo industrial e pela desarticulação dos nexos que regem o setor industrial no país (ESPÓSITO, 2019).

Uma primeira análise sobre o processo de desindustrialização que passou a se desenvolver no país a partir dos anos 1990 pode ser encontrado caso observemos os índices tradicionais de desindustrialização, como a participação do emprego da indústria da transformação no emprego total e a participação do valor adicionado da indústria da transformação no PIB; aqui, pode-se questionar a existência do processo de desindustrialização entre 2000 e 2010. O gráfico 3.1 mostra estes dados.

Nele, é possível enxergar que apesar de em 2010 o valor adicionado industrial no PIB ser bastante menor que em 2000, nos anos 2003 a 2004 cresceu a participação deste setor; a partir de então, há quedas sensíveis até, em 2008, alcançar 13,57%, nível similar ao de 2000. Então, há queda brusca no índice, provavelmente por conta da crise dos *subprime*, nos EUA, no final de 2008. No entanto, ao se observar a relação do emprego industrial na ocupação total, vê-se o movimento inverso, ou seja, uma tendência de crescimento da participação do emprego industrial em relação ao total a partir de 2002; a desindustrialização, portanto, nesta perspectiva, não se mostra claramente.

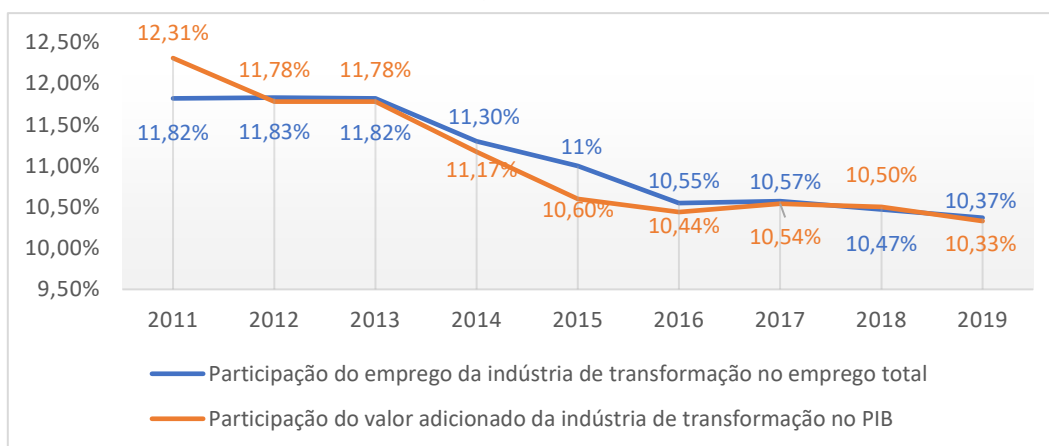
Gráfico 3.1. Participação da indústria de transformação no emprego e valor adicionado totais, 2000 a 2010



Fonte: Vergnhanini & Onoda (2022, p. 15).

Por outro lado, a década de 2010 demonstra outra realidade, conforme se pode ver no gráfico 3.2. A queda pronunciada da participação do emprego e do valor adicionado da indústria da transformação relativos são fortes indícios de que há uma tendência à desindustrialização, e que de fato se intensificou no governo de Dilma Rousseff. Portanto, deve-se refletir sobre seu desenvolvimento nos governos anteriores.

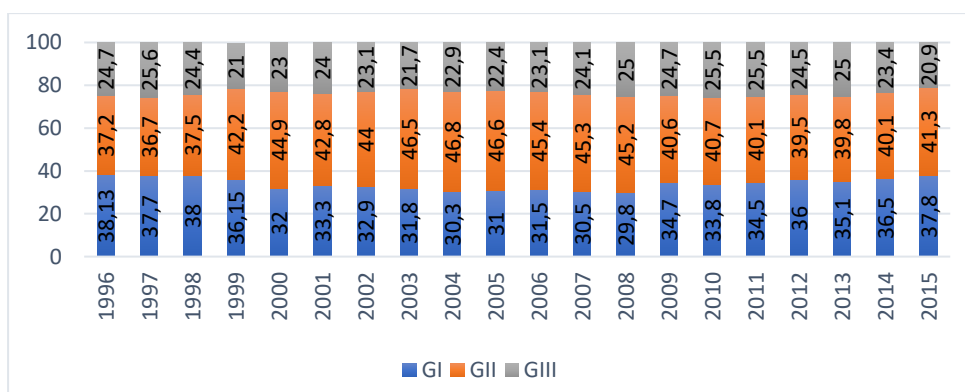
Gráfico 3.2. Participação da indústria de transformação no emprego e valor adicionado totais, 2011 a 2019



Fonte: Vergnhanini & Onoda (2022, p. 18)

Espósito (2019) procura entender a desindustrialização a partir da perspectiva da formação nacional e vai além dos estimadores e indicadores usuais. Desta forma, tenta comprovar a existência deste processo no Brasil. Assim realiza uma análise setorial a partir da distribuição do Valor da Transformação Industrial⁶ (VTI) por categoria de uso, onde GI se refere a bens de consumo não duráveis, GII é composto por bens intermediários e GIII é o setor de bens de consumo duráveis e de produção.

Gráfico 3.3 Distribuição do VTI da Indústria de Transformação por Categoria de Uso (%)



Fonte: Espósito (2019, p. 173)

⁶ “[...] proxy do conceito de Valor Adicionado e reflete a soma daquilo que cada etapa agregou ao produto ao longo do processo de produção. O VTI é obtido através da diferença entre o VBPI (Valor Bruto da Produção Industrial) e o COI (Custo das Operações Industriais)” (ESPÓSITO, 2019, p. 171).

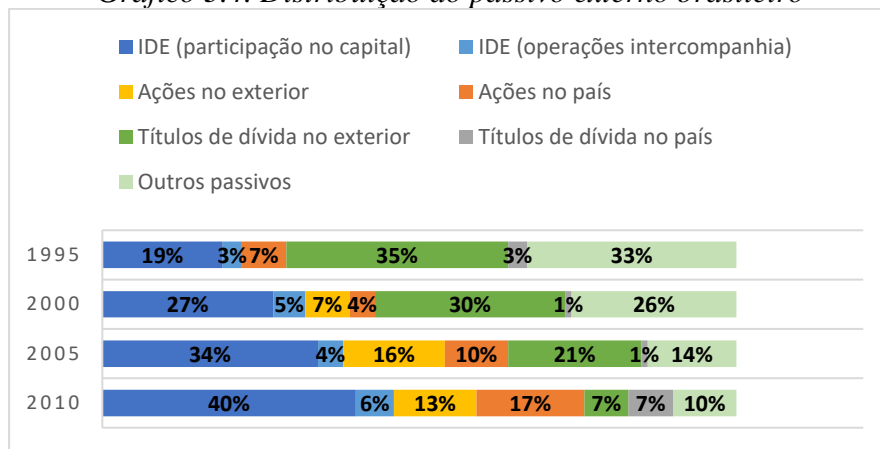
O gráfico 3.3 nos mostra como se deu a participação relativa das diferentes categorias de uso, em termos de VTI, na indústria. Vemos que a categoria com maior participação é GII, isto é, o grupo de bens de consumo duráveis. Uma explicação para isso é a importante participação que a Petrobras, empresa petrolífera brasileira de capital misto, tem na atividade industrial do país a partir da extração e, no caso da IT, do refinamento – apesar de o Brasil não ser autossuficiente no refino. Enxerga-se, ainda, que a segunda categoria com maior participação relativa ao longo do período é o GI, ou seja, os bens de consumo não-duráveis e com menor intensidade tecnológica. Por último, temos a categoria GIII – bens de consumo duráveis e de capital. O movimento que pode se enxergar no período analisado é uma relativa estagnação relativa de GI, e um aumento de GII em prol do GIII – uma exceção é o período 2007-2010, período no qual foi implementado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Setorialmente, portanto, pode-se perceber uma diminuição da produção de bens de capital, setor vital para o dinamismo do setor industrial.

Mas, intrasetorialmente, mesmo dentro de GIII, temos atividades bastante heterogêneas, desde “máquinas e equipamentos”, “máquinas e aparelhos elétricos” e “outros equipamentos de transporte”, que se mantiveram constantes no governo Lula; passando por “equipamentos de informática”, que tiveram queda; chegando a “manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos” e “veículos automotores”, que tiveram desempenho positivo no período (ESPÓSITO, 2019). Nota-se, aqui, que os setores de fato produtores de bens de capital – “máquinas e equipamentos” e “máquinas e aparelhos elétricos” – não cresceram, enquanto o setor que corresponde à indústria da tecnologia – equipamentos de informática – teve queda. Os setores que cresceram são aqueles destinados à manutenção – portanto, não produzem bens de capital – e o automotivo, historicamente forte no país (ESPÓSITO, 2019).

Segundo Espósito (2017), o passivo externo do Brasil aumentou na década de 2000, e com isso, alguns fatos interessantes podem ser observados. A partir do que está demonstrado no gráfico 3.4, que representa a composição do passivo externo brasileiro nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010, vemos o aumento dos IDEs na composição do passivo, o que parece indicar na direção de maior participação estrangeira na economia brasileira ou, em outras palavras, mais indícios de desnacionalização, o que se traduz na desarticulação do sistema econômico nacional. Outro dado que daqui pode ser extraído é o aumento do estoque de investimentos em carteira, que é composto pelos títulos de dívida (no exterior e no país) e pelas ações (no exterior e no país). Aqui, enxerga-se que o estoque do investimento estrangeiro em ações cresce no período, passando de 7% em 1995 para cerca 30% do passivo externo em 2010, o que parece indicar maior penetração de um capital volátil e de curto prazo no país. Já o estoque do investimento estrangeiro em dívida pública diminuiu brutalmente (MACHADO, 2019). Isso pode ser explicado pela queda nas taxas de juros no país a partir dos anos

2000. O movimento deste período, portanto, favoreceu o aumento da vulnerabilidade e da dependência externas (MACHADO, 2019).

Gráfico 3.4. Distribuição do passivo externo brasileiro



Fonte: Machado (2019, p. 246)

Integrando as análises do setor industrial interno e do setor externo, pode-se inferir uma ligação entre seus comportamentos. O processo de liberalização, mais tímido no governo Sarney, e que passa a ser intensificado nos governos Collor, Itamar Franco e FHC, contribuiu para a desnacionalização do parque produtivo brasileiro e, deste modo, para desintegrar os nexos que articulavam o sistema industrial. Fica claro, ainda, que os governos Lula e Dilma também tiveram responsabilidade no processo do desmonte na indústria do país e pelo aumento da vulnerabilidade e dependência externas do país, como no caso da conformação de uma suposta vocação agrário-exportadora do país a partir do *boom* das *commodities* que se pronunciou na década de 2000.

O capital externo, por outro lado, aproveitou-se da maior vulnerabilidade que o Brasil se encontrava e penetrou com mais força no país a partir da abertura financeira, tomando o controle de pontos chave do setor industrial brasileiro, como foi o caso da privatização da Vale do Rio Doce, em 1997, ou o fim do monopólio da Petrobras, decretado no mesmo ano, sobre a exploração, produção, refino e transporte de petróleo no país. Entende-se que esta é uma nova forma de dominação e dependência, visto que ao longo do século, mesmo que o espaço de produção se detivesse em termos nacionais, o processo de acumulação já era transnacionalizado. (SAMPAIO JR, 1999b).

4. Considerações finais

Este artigo buscou, sem pretender exaurir o tema, entender objetivamente o processo de desindustrialização no Brasil. Deste modo, seguindo o método marxista, viu-se a necessidade de buscar as suas origens na história brasileira, isto é, no seu processo de industrialização a partir da condição do Brasil enquanto país dependente e periférico.

Em primeiro lugar, pode-se entender que a ideologia do desenvolvimento – e a forma como tomou no Brasil, a ideologia do desenvolvimentismo – foram fundamentais na consolidação do processo de industrialização brasileira. A perspectiva de convergência que se colocava, entendendo o subdesenvolvimento enquanto etapa para o desenvolvimento, e a justificativa ideológica para a utilização acrítica do endividamento externo para financiamento, foram fundamentais para a continuidade da industrialização no país, desde a ISI até o período civil-militar. O saldo do período foi, além de um notório processo de industrialização, a intensificação da dependência e da vulnerabilidade externas, sem nem sonhar em superar a dupla articulação brasileira.

Em segundo lugar, a possibilidade histórica de alcançar o “desenvolvimento” através da industrialização se mostrou falsa. Na medida em que a industrialização se efetivava enquanto dependente, ou seja, baseada na modernização dos padrões de consumo, sem possuir a difusão necessária do progresso técnico e concentrando no capital os ganhos da produtividade do trabalho, foi uma industrialização concentradora de renda e, portanto, estreitava o mercado interno que, ao mesmo tempo que crescia, era limitado.

Por fim, é possível avaliar o impacto da desindustrialização na economia brasileira. É possível enxergar que a participação da indústria no produto e no emprego totais diminuiu. Além disso, a indústria brasileira diminuiu sua produção de bens de consumo durável e de capital em prol de bens intermediários. Intrasetorialmente, ainda se pode ver que o grupo de bens de consumo duráveis foi bem heterogêneo, onde o subgrupo de “manutenção” e de “veículos automotivos”, historicamente forte no país, foram os que mais cresceram de produção, enquanto a produção de bens de capital não cresceu no período.

Entende-se, assim, que houve e que ainda há desindustrialização no país, inclusive nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), e que esta não se apresenta apenas na diminuição de valores adicionados da indústria ou de ocupação da indústria frente ao total, mas sim na a) desarticulação dos nexos de integração sistema industrial brasileiro a partir de processos de privatização e desnacionalização; b) transferência do eixo dinâmico da economia do setor interno para o setor externo; e c) os mecanismos de comando por parte do Estado sobre a economia são sistematicamente solapados com a ideologia neoliberal, no sentido de desmonte do Estado com os processos de privatização e com a intensificação do pensamento monetarista sobre a teoria econômica como um todo. Deste modo, os três eixos da industrialização são sumariamente atacados e erodidos, e a desindustrialização, que existia enquanto potência, surge como efetividade, e não enquanto ruptura, mas continuidade da industrialização dependente brasileira, dentro de um movimento de reversão neocolonial no país. Se, no século XX, a difusão do progresso técnico não se encaminhava para o trabalho, gerando concentração de renda, no século XXI destrói-se as bases para o próprio

progresso técnico – e, conjuntamente à associação da burguesia brasileira com o capital financeiro internacional, intensifica-se a concentração de renda, a desigualdade e a pobreza no país.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. Em: CCGE (Ed.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: CCGE, 2013. v. 1.

BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. Em: BACHA, E.; BOLLE, M. (Eds.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BONENTE, B. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 3, 2014.

CAMPOS, F. Industrialização brasileira e Instrução 113 da SUMOC. **América Latina en la historia económica**, v. 24, n. 2, p. 93–124, ago. 2017.

CAMPOS, F. Apresentação: da autora da revolução brasileira às trevas da contrarrevolução. Em: **Introdução à formação econômica do Brasil: herança colônia, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. número especial, p. 831–851, dez. 2012.

CASTRO, A. B. A hipótese do crescimento rápido. Novos argumentos. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 3–20, mar. 2012.

CURTY, C.; MALTA. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. Em: MALTA, M.; LÉON, J.; BORJA, B. (Eds.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro, RJ: Morula Editorial, 2022.

ESPÓSITO, M. **A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização**. Dissertação de Mestrado—Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2016.

ESPÓSITO, M. Os limites do debate teórico sobre desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista Econômica**, v. 19, n. 1, p. 131–158, jun. 2017.

ESPÓSITO, M. Desindustrialização no Brasil: a contrapartida da industrialização dependente. Em: PEREIRA, L.; ESPÓSITO, M.; LUBLINER, T. (Eds.). **A marcha do Curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6. ed. São Paulo, SP: Contracorrente, 2020.

- FONSECA, P. C. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisas & Debate**, v. 15, n. 2(26), p. 225–256, 2004.
- FRANCA, A.; CAMPOS, F. A inegociável dependência externa no planejamento brasileiro: a atuação do capital internacional no Plano de Metas (1956-1961) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 63, p. 127–164, ago. 2022.
- FURTADO, C. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.
- HADLER, J. P. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. Dissertação de Mestrado—Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- HADLER, J. P. A problemática do desenvolvimento brasileiro sob a perspectiva da formação nacional. Em: LUBLINER, T.; ESPÓSITO, M.; PEREIRA, L. (Eds.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.
- HADLER, J. P. **Dependência e superexploração: os limites do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2022.
- LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MACHADO, F. Dependência financeira e vulnerabilidade externa da economia brasileira (1980-2010). Em: LUBLINER, T.; ESPÓSITO, M.; PEREIRA, L. (Eds.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilm**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, J. L. **A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica**. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.
- OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. **Revista NECAT**, n. 5, jun. 2014.
- PRADO, F. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.
- PRADO JR, C. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. [s.l.] Brasiliense, 1981.

- PRADO JR, C. **História e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade and deindustrialisation. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, 1999.
- SAMPAIO JR, P. O impasse da “formação nacional”. Em: FIORI, J. L. (Ed.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.
- SAMPAIO JR, P. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999b.
- SAMPAIO JR, P. Globalização x Nação. Em: **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SAMPAIO JR., P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Em: LUBLINER, T.; ESPÓSITO, M.; PEREIRA, L. (Eds.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.
- SAMPAIO JR, P. Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro. Em: CAMPOS, F. (Ed.). **Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.
- SONAGLIO, C. M. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. Em: AZEVEDO, A. F.; FEIJÓ, C.; CORONEL, D. (Eds.). **A desindustrialização brasileira**. 1. ed. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.
- TAVARES, M. DA C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Em: BIELSCHOWSKY (Ed.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.
- TREGENNA, F.; ANDREONI, A. **Deindustrialisation reconsidered: structural shifts and sectoral heterogeneity**. Working Paper—Inglaterra: UCL Institute for Innovation and Public Purpose, 2020.
- VERGNHANINI, R.; ONODA, S. **Desindustrialização brasileira no século XXI: introduzindo o papel da demanda agregada**. Em: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Uberlândia, MG, 2022.